



# Tribunal de Contas do Estado do Acre

Secretaria das Sessões



TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO ACRE

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

## A C Ó R D ã O Nº 7.967

**NATUREZA DO FEITO:** Processo nº 12.908.2009-10-TCE (C/01 Anexo e Processo nº 12.903.2009-70-TCE – Apenso)  
**ASSUNTO:** Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Senador Guimard, exercício de 2008.  
**RESPONSÁVEL:** Senhor Carlos Celso Medeiros Ribeiro  
**RELATOR:** Conselheiro José Augusto Araújo de Faria

Prestação de Contas. Prefeitura Municipal. Condenação do Gestor com fundamento nos arts. 36, inciso VII; 54, parágrafo único; 58, inciso III, alínea “a”, da LCE nº 38/93. Pagamento da multa prevista no art. 89, inciso II da LCE Nº 38/93. Encaminhamento de cópia do apurado ao Ministério Público Estadual. Cientificação aos Conselhos Municipais de Educação e de Saúde.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1) condenar** o Senhor **Carlos Celso Medeiros Ribeiro** – prefeito à época, com fundamento nos arts. **36**, inciso VII; **54**, parágrafo único; **58**, inciso III, alínea “a” da LCE nº 38/93, ao **pagamento da multa** prevista no art. 89, inciso II da LCE Nº 38/93, valor de **R\$ 14.280,00** (quatorze mil, duzentos e oitenta reais), em face da inconsistência dos dados enviados eletronicamente a esta Corte quando comparados aos dados impressos nos autos, em especial as receitas realizadas, as despesas e as receitas de transferências de ITR, FUS e do ICMS, que inclusive não conferem com os dados disponibilizados pelo Banco do Brasil e os registrados na STN e da execução de despesas sem autorização legal e da não comprovação dos valores recebidos a título de subsídios pelos agentes políticos, a ser recolhido ao Tesouro Estadual, no prazo de 30 (trinta) dias, para o seu efetivo recolhimento, de tudo dando ciência a este Tribunal; **2) encaminhar cópia do apurado ao Ministério Público Estadual**, para as providências que entender adotar, em razão da **execução de despesas sem autorização legal**, no montante de **R\$ 10.198.155,68** (dez milhões, cento e noventa e oito mil, cento e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), **o que configura**, em tese, ilícitos de natureza civil e penal, conforme disposto na Lei Federal nº 8.429/1992, art. 10, inciso IX, e “crime de responsabilidade do Prefeito”, previsto no Decreto-Lei nº 201/1967, art. 1º, inciso V e ainda, contra as finanças públicas, previsto no Código Penal, art. 359-D, cujas ações são de titularidade do Parquet Estadual; e **3) cientificar** aos Conselhos de **Educação** e de **Saúde** do Município de Senador Guimard, acerca do resultado da análise. Após as formalidades de estilo, pelo



**Tribunal de Contas do Estado do Acre**  
**Secretaria das Sessões**



*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

**(A C Ó R D ã O Nº 7.967 – FL. 02)**

**arquivamento** do processo. Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Antonio Cristovão Correia de Messias.-.-.-.-.-

**Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre**  
**Rio Branco – Acre, 01 de novembro de 2012**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**  
Presidente do TCE/AC

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**  
Relator

Fui presente:

**ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA**  
Procuradora do M.P.E/TCE/ACRE